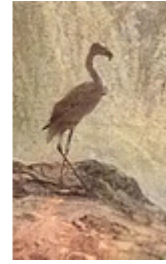


issn: 2176-5960

Προμηθεύς

journal of philosophy

n. 39 May / August 2022



CONSCIÊNCIA E REIDENTIFICAÇÃO: IDENTIDADE PESSOAL E IDENTIDADE NARRATIVA

Isabela Carolina Carneiro de Oliveira¹

RESUMO: O presente artigo aborda a teoria da identidade pessoal inicialmente formulada por Locke com objetivo de responder um questionamento; se num “mundo possível”, após a vacinação contra COVID-19, caso as pessoas acordem num corpo de jacaré; a identidade pessoal é preservada? Em seguida, aponta para uma outra possibilidade interpretativa a partir dos esclarecimentos de McMahan e a sua teoria sobre a “mente incorporada”. Por fim, amplia o conceito de identidade devido à necessidade de pensarmos em uma identidade narrativa indispensável no cenário pandêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Locke; Identidade pessoal; Eu-jacaré; Mente incorporada; Identidade narrativa.

ABSTRACT: This article approaches the theory of personal identity initially formulated by Locke in order to answer a question; if in a “possible world”, after vaccination against COVID-19, if people wake up in an alligator body, is personal identity preserved? Then, it points to another interpretative possibility based on McMahan’s clarifications and his theory about the “embodied mind”. Finally, it expands the concept of identity due to the need to think about an indispensable narrative identity in the pandemic scenario.

KEYWORDS: Locke; Personal identity; I-alligator; Embodied mind; Narrative identity.

¹ Mestranda em Filosofia Contemporânea no Programa de Pós-Graduação da UFMG e bolsista FAPEMIG.

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Bacharelado, 2017) e graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Licenciatura, Formação Complementar em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica, 2007). Atualmente pesquisa a consciência-tempo husserliana com ênfase nas intencionalidades dirigidas aos objetos temporais e fundamentalmente, o fluxo constitutivo do tempo e a especificidade da consciência absoluta.

1. Introdução

Pode-se dizer que, a identidade pessoal, inicialmente formulada por Locke, requer o entendimento de alguns conceitos fundamentais, como substância, matéria, corpo, homem, pessoa e identidade. A teoria lockeana pressupõe que o conhecimento é fruto das experiências, portanto, descarta o inatismo e à ideia de um eu cartesiano que só existe quando pensa. As experiências pessoais constituem o eu lockeano, assim, a conexão entre os eventos mentais parte do princípio no qual uma pessoa possui sempre a mesma consciência, ou seja, permanecemos a mesma pessoa no tempo.

A identidade pessoal lockeana perpassa na conectividade das experiências vividas, assegurando uma unidade entre presente, passado e futuro. Nesse sentido, a identidade pessoal é o que realmente importa para Locke, pois, a identidade é preservada mesmo quando ocorre à modificação da matéria nos corpos, uma vez que a continuidade psicológica é capaz de conservar e garantir a existência de uma mesma pessoa.

No presente artigo, analiso filosoficamente o exemplo hipotético, no qual; a vacina contra COVID-19 poderia transformar os nossos corpos humanos em corpos de jacaré. Essa asserção divulgada na pandemia despertou o interesse de investigar, no primeiro momento deste artigo, como tal situação poderia ser pensada a partir da teoria lockeana sobre a identidade pessoal. No segundo momento, apresento outra possibilidade dedutiva na análise do mesmo exemplo hipotético, dessa vez fundamentada nos apontamentos de McMahan. E, por último, exponho a relevância teórica acerca da identidade narrativa e a sua conectividade com o real, visto que não é possível acordar em um corpo de jacaré.

2. A identidade pessoal

Antes de falar propriamente se em um “mundo possível” permaneço a mesma pessoa num corpo de jacaré, é necessário definir previamente o conceito de pessoa. Para tanto, considero que *a priori* é fundamental elucidar precisamente, o que Locke entende por identidade, substância, corpo e homem. A partir de uma perspectiva lockeana, temos que, na condição de seres vivos, a identidade depende de algo que vai além da

massa e as suas partículas organizadas. Assim, nos organismos, a variação de grande parcela de matéria não altera a identidade. Locke usa na obra, *Ensaio sobre o entendimento humano*, dois exemplos para explicar melhor essa situação. O primeiro deles, é do carvalho, que quando uma árvore adulta e imensa, após o corte de suas galhas continua o mesmo. Sendo o carvalho uma planta única, com organização de partes que, compartilham uma vida comum, ele permanece a mesma planta após a poda das suas galhas. O outro exemplo, é do equino, que cresce e passa de potro a cavalo, esse tanto quando engorda ou emagrece continua o mesmo. Em ambos os casos, pode haver mudanças, de tal maneira que não são a mesma massa de matéria inicial, mas continuam sendo a mesma árvore e o mesmo equino. De acordo com Locke ([1689] 1975, 2012, p. 346), “a razão disso é que identidade não se aplica à mesma coisa numa massa de matéria e num corpo vivo”. Para o filósofo, a identidade é aquilo que existe em um lugar e num tempo de maneira individualizada, a partir disso é impossível que duas coisas coexistam no mesmo lugar, em um dado instante, simultaneamente (Cf. LOCKE, [1689] 1975, 2012, pp. 343-369). Desse modo, a identidade dos corpos se dá em termos de continuidade individualizada no espaço e tempo. O *principium individuationis* é a existência determinante de todo tipo de ser ao tempo e espaço particular e não é compartilhado entre dois seres (Cf. LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 345). Se dois corpos estivessem ao mesmo tempo no mesmo lugar, as duas parcelas de matéria seriam uma e a mesma e, isto, segundo Locke, é uma suposição ridícula, uma vez que anula toda a distinção entre identidade e diversidade, entre o uno e o múltiplo (Cf. LOCKE, [1689] 1975, 2012, pp. 344-345).

Nessa perspectiva, os corpos são modos de matéria e substância. Eles possuem “uma mesma natureza substancial; a única diferença entre eles está nos modos, a exemplo da árvore e do seixo, corpos, num mesmo sentido e com a mesma natureza, que diferem apenas na modificação de matéria” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 175). Com esse princípio de individuação da matéria, a vida se torna individual e particular em cada ser vivo, a partir do modo como a matéria está organizada e predisposta a um certo fim. No entanto, existe aqui uma dificuldade conceitual, pois, “tudo que conhecemos de um corpo são ideias complexas de extensão, figuração, cor e outras qualidades sensíveis; não temos nenhuma ideia de sua substância” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 317). Na verdade, como regra geral, o filósofo afirma que não há uma ideia clara e distinta sobre a substância do corpo e espírito (Cf. LOCKE, [1689] 1975,

2012, pp. 175, 307, 325). O que temos são ideias primárias e peculiares de corpo enquanto substância sólida e extensa contrapostas às de espírito; “são coesão de partes sólidas e separáveis e, poder de comunicar movimento por impulso” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 317). Essas são segundo Locke, as únicas ideias originais, peculiares e próprias do corpo. As ideias complexas de corpo material não são mais claras que as de espírito imaterial (alma); substância que pensa, capaz de “exercitar movimento num corpo” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 319). Contudo, Locke nos mostra que, “as ideias de existência, duração e mobilidade são comuns ao corpo e à mente” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 317).

Entretanto, é necessário destacar a dificuldade para explicar ou descrever a identidade pessoal apenas pela continuidade do corpo, visto que para Locke, o corpo não é um mero construto substancial, o corpo é constituído a partir de referências às qualidades: solidez, extensão, figura e movimento. Devemos então considerar o conceito de pessoa para descobrirmos em que consiste propriamente a identidade pessoal. Segundo o filósofo, a palavra pessoa representa um ser inteligente, dotado tanto de razão, quanto de reflexão e que simultaneamente pode se considerar igual a “si-mesmo” [*self*], ou seja, uma mesma pessoa em diferentes tempos e lugares. Desse modo, o ser racional e reflexivo, por sua vez, possui uma consciência essencialmente inseparável do pensar. De acordo com os esclarecimentos de Locke, a pessoa ou ser inteligente é um ser dotado de consciência e memória.

Com a intenção de responder o primeiro questionamento deste artigo; acerca da nossa permanência enquanto uma e a mesma pessoa num corpo de jacaré, e se este preserva a mesma pessoa, ressalto que Locke foi o primeiro filósofo a definir o “si-mesmo” [*self*] através de uma continuidade da consciência. Por conseguinte, essa consciência é o que assegura a convicção que cada um possui de ser igual a “si-mesmo”. Há também a presença da reflexão, na qual a pessoa pode se considerar igual a si mesma (Cf. LOCKE, [1689] 1975, 2012, pp. 352-353). Nesse sentido, consciência e reflexão garantem a reidentificação de uma mesma pessoa no tempo. É válido aclarar que Locke não concebe o *self* de modo ontológico, portanto se refere a consciência de “si-mesmo” ligada as ideias relacionais de identidade e diversidade. Assim, ocorre também uma unificação conceitual do eu com o termo pessoa, atribuído somente aos seres inteligentes. Em vista disso, é então possível admitir a existência do próprio eu pertencente a “si-mesmo” (Cf. YOLTON, 1996, p, 189).

De acordo com Locke, a pessoa ou ser inteligente possui como atribuição uma consciência e certa capacidade de lembrar. A mesmice do ser racional é aquilo que significa a identidade pessoal. O alcance da identidade de uma pessoa perpassa na “extensão retrospectiva da consciência” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 353). O “eu mesmo presente” e reflexivo é aquele que reflete no agora uma ação passada. Assim, segundo Locke, existe a continuidade de uma mesma consciência numa mesma pessoa. De acordo com o autor, “as percepções se apresentam na mente acompanhadas da consciência delas” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 353), evidentemente, uma mesma pessoa dispõe sempre de uma consciência presente e igual a si mesma.

Surge neste momento da nossa investigação, a dificuldade de pensarmos; se ocorrer uma pequena interrupção da consciência pelo esquecimento ainda continuamos a mesma pessoa? Segundo Locke, quando isso ocorre é porque deixamos de ter ao nosso alcance a sequência de todas as nossas ações passadas. De acordo com o filósofo, “a melhor das memórias, ao ver uma parte, perde de vista uma outra; no decorrer de nossa existência, mal refletimos sobre nós mesmos no passado, e preferimos pensamentos presentes” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 353). Entretanto, uma mesma vida contínua preserva em meio às mudanças, a mesma identidade, com isso o que Locke sugere é que somos a mesma pessoa basicamente devido a nossa identidade pessoal. Portanto, temos uma mesma consciência de nós mesmos e essa consciência é capaz de abranger de forma imediata todo o passado que somos capazes de lembrar, ou seja, conseguimos recordar das nossas experiências passadas que pertencem a cada um de nós como pessoa. Nossos pensamentos, ações e recordações presentes num momento atual da consciência garantem, assim, que sejamos a mesma pessoa. Por conseguinte, uma mesma vida contínua é preservada, em meio às alterações de substância, pois, o que faz de mim a mesma pessoa de cinco anos atrás, é a minha identidade pessoal, edificada pela consciência que tenho de mim mesma, capaz de recordar o meu passado num ponto de atualidade. Recordo das minhas experiências e as reconheço como pertencentes a mim. Meus pensamentos, memória, recordações e ações presentes atualmente asseguram que eu seja, eu mesma, para mim mesma.

Locke rejeita o conceito de substância para pensar o *self* por considerar o conceito de substância incognoscível, portanto, substância é um termo que lhe parece no mínimo obscuro. O que sabemos é que são mentalmente criadas, pois não há uma ideia clara e distinta de substância em geral. Para tanto, Locke afirma que,

não concebemos como ela subsistiria, em si mesma ou numa outra, e assim supomos que existe sustentada por outro objeto comum, suporte que denotamos com o nome de substância, apesar da certeza de não termos nenhuma ideia clara ou distinta, da coisa que pressupomos como suporte ([1689] 1975, 2012, p. 307). [...] Qualquer que seja a secreta e abstrata natureza de substância em geral, todas as nossas ideias de distintas sortes particulares de substâncias são apenas combinações de ideias simples coexistindo numa causa desconhecida de sua união que permite ao todo existir por si mesmo. Tais combinações de ideias, e somente elas, permitem-nos representar para nós mesmos sortes particulares de substâncias ([1689] 1975, 2012, p. 308).

Dessa maneira para o autor não dependemos de nenhuma substância imutável para pressupor um “eu mesmo”. Nesse sentido, também não temos a evidência de que pensamos o tempo todo como acreditava Descartes ao afirmar em sua segunda Meditação que, “Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? Durante todo o tempo em que eu penso” ([1641] 1999, p. 261). De acordo com Descartes, se com a existência de um Deus enganador não podemos ter certeza de nada, então tudo que nos resta é a dúvida. A dúvida é uma forma de pensamento, portanto, duvidar é pensar. Descartes desenvolve a tese na qual a existência é simultânea ao pensamento através do *cogito*, pois, se eu sou, eu existo enquanto pensamento (Cf. DESCARTES, [1641] 1999, p. 258). Não seria possível pensar e não existir e existir sem pensar, uma vez que a existência do ser pensante é uma certeza indubitável na simplicidade do método cartesiano.

A concepção lockeana destoa dessa conceituação cartesiana. Tal discordância entre os filósofos, reflete na questão do *self*. Em Locke, o eu perde a estaticidade cartesiana. Para Locke, o eu, não é um princípio metafísico, por isso, não preciso pensar o tempo todo para saber que existo. Os conceitos sobre o eu em Locke e Descartes são divergentes devido a substancialidade do termo para o segundo, assim, para Locke é inconcebível a afirmação cartesiana; “sou, eu mesmo, uma substância” (DESCARTES, [1641] 1999, p. 281). Segundo Descartes, esse eu substancial é quem define a sua identidade frente a ação do tempo e espaço. Opondo-se ainda mais a Descartes, esclarece Locke, que não se deveria ter maior distinção ou clareza no conhecimento das substâncias espirituais particulares de que dos corpos materiais (Cf. MICHAUD, p. 135). Temos então divergências de concepção entre o eu cartesiano e o eu lockeano. O eu cartesiano (alma) é epistêmico e metafísico, a ideia de “mim mesmo” nasce e é produzida comigo desde o instante da minha criação (Cf. DESCARTES, [1641] 1999, p.

288). A essência desse eu para Descartes consiste em ser uma coisa que pensa ou uma substância da qual toda essência consiste apenas em pensar (Cf. DESCARTES, [1641] 1999, p. 320).

Assim tratado, esse eu para Locke não pode ser o pensamento. O pensamento não é uma atividade contínua da alma (este eu) como acreditava Descartes. Há uma propriedade do eu que lhe permite ter consciência do que ele pensa e quando pensa. A construção deste eu é fruto do conhecimento e nada tem de inato. A mente é um “gabinete ainda vazio” gradualmente ocupado por ideias introduzidas pelos sentidos, portanto “o conhecimento é sempre de ideias não inatas, mas adquiridas” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 36). Assim, de acordo Locke, a sensação recebida produz as percepções que enviam as ideias à mente, com isso, o acúmulo de experiências provoca a expansão desse eu; “é impossível percebermos sem percebermos que percebemos. Isso vale para toda sensação ou percepção presente, e é o que faz de cada um, para si-mesmo, o que chama de si-mesmo” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 352).

Para Locke o eu se relaciona com as experiências, sensações e objetos empíricos. Locke concebe esse eu como uma pessoa inteligente dotada de reflexão e capaz de ordenar as suas próprias ideias na consciência sem qualquer traço inato. Além disso, esse eu consegue fazer associações entre as ideias e a realidade. Contudo, é um eu psicológico e individual, pois, cada pessoa possui o seu eu particular, que diz respeito às características intrínsecas da subjetividade e a continuidade psíquica. É válido destacar que esse eu consciente e sensível se preocupa consigo mesmo em toda a extensão de sua consciência (Cf. LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 360).

Após essa breve exposição acerca da identidade pessoal lockeana, podemos dizer a partir dessa teoria que, (i) uma mesma pessoa se perfaz devido à continuidade da consciência e não pela permanência de uma mesma substância corpórea; e (ii) pela ausência de localização da consciência no cérebro; se acordarmos num corpo de jacaré, permanecemos a mesma pessoa, desde que exista uma continuidade da consciência, pois, Locke ([1689] 1975, 2012, p. 354) afirma que, “um ser inteligente é uma pessoa igual a si mesma se consegue repetir a ideia de uma ação passada com a mesma consciência que tinha dela ao executá-la e com a mesma consciência que tem de uma ação presente”. Nesse sentido, se sou capaz de recordar das minhas experiências passadas e refletir, a continuidade psicológica é mantida, assim, teria “eu-jacaré” uma experiência análoga a do protagonista da *Metamorfose (Die Verwandlung)* de Franz

Kafka. Seria “eu-jacaré” uma versão contemporânea de Gregor Samsa, porém agora não mais no corpo de um inseto gigante, mas no corpo de um reptiliano e seus percalços labirínticos. É próprio da identidade pessoal lockeana a consciência de experiências passadas. Portanto, os atributos físicos e a continuidade de um mesmo corpo humano não são essenciais a reidentificação da mesma pessoa. O que sobre tudo desempenha um papel importante nessa teoria acerca da identidade pessoal é a memória do passado na auto-identificação atual de uma mesma pessoa.

No capítulo XXVII, do Livro II, Locke afirma que é difícil explicar a identidade de um “mesmo homem” partindo apenas da noção corporal, pois, um “mesmo homem” se mantém desde embrião até a velhice. Os termos “mesma pessoa” e “mesmo homem” não são sinônimos na teoria da identidade pessoal lockeana, visto que Locke aponta para distinção de três ideias, “então uma coisa é a mesma substância, outra é o mesmo homem, e a terceira é a mesma pessoa” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 349). É válido elucidar que Locke estabelece uma distinção conceitual entre homem e pessoa. Para Locke, a ideia de um ser pensante ou racional não é suficiente para conceber à ideia de homem, pois nessa concepção falta a ideia de um corpo com certa aparência. O homem é a ideia de um ser racional com certa forma ou aparência. O homem é entendido em sua dimensão biológica; como um corpo físico, e este se encontra em constante mudança. A identidade pessoal de um “mesmo homem” consiste na continuidade da mesma consciência e a participação de uma mesma vida contínua em partículas de matéria, vitalmente unidas; em sucessão num mesmo corpo organizado “que não muda de repente” e possui um “espírito imaterial” (Cf. LOCKE, [1689] 1975, 2012, pp. 349, 352, 354).

A teoria acerca da identidade pessoal apresentada por Locke, assegura a hipótese na qual; “eu-jacaré” continuo sendo a mesma pessoa, desde que eu mantenha a capacidade de recordar as minhas ações e experiências passadas em um dado momento atual da consciência, porém, nesse caso; ao habitar um corpo de jacaré, eu não seria humana. A identidade pessoal de um “mesmo homem” nessa situação não é mantida. Locke ao citar filósofos que aceitam a transmigração, opinião segundo a qual; à alma humana poderia habitar corpos de animais, aponta que nessa tradição ninguém afirmaria que a alma humana num corpo animal preservaria um “mesmo homem” (Cf. LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 348).

Contudo, nada além da consciência consegue unir “existências separadas numa mesma pessoa” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 364). Sem consciência não há pessoa, assim, pouco importa a substância ou o seu “molde” corpóreo, uma vez que, “sem consciência a substância é tão pessoal quanto o esqueleto” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 364). Nesse sentido, é irrelevante a permanência da mesma substância, este “eu-jacaré” presente, consciente e pensante é um contínuo do anterior e, por isso, responsável por todas as ações “agora apropriadas a mim por esta consciência de mim mesmo” (LOCKE, [1689] 1975, 2012, p. 360). De acordo com Locke,

identidade pessoal não consiste em identidade de substância, e sim de consciência. [...] Qualquer um que refletir sobre si mesmo perceberá que a coisa à qual se junta a presente consciência pensante é, na medida do alcance dessa consciência, uma mesma pessoa, igual a si mesma, e apenas a si mesma, que assume e atribui todas as suas ações a si mesma, como suas próprias ([1689] 1975, 2012, p. 361).

3. Questão de preocupação egoísta ou prudencial

Eu possuo motivos plausíveis para me preocupar com o futuro; caso eu habite um corpo de jacaré? Eu deveria me preocupar, a fim de evitar um grande sofrimento no futuro? Eu teria um motivo racional de preocupação com o meu “eu-jacaré”? Nossa análise muda de perspectiva quando partimos dos conceitos de pessoa e identidade pessoal não ramificada, elaborados por McMahan. Nesse caso, ao contrário de Locke, se acordo num corpo de jacaré, não sou a mesma pessoa, devido à ausência de continuidade física e corporal. Não seria possível conservar a mesma mente contínua, na qual partes do meu cérebro humano estariam preservadas. Seria impossível considerar que permaneço a mesma pessoa, por isso não deveria me preocupar.

Desse modo, a questão aqui apresentada, não é assegurada pela continuidade psicológica nos moldes lockeanos, nesse caso, o que importa, segundo McMahan (2011, p. 69), é “a continuidade física e funcional das partes do cérebro nas quais a consciência e a atividade mental se realizam”, por isto, eu não permaneço a mesma pessoa com um corpo de jacaré. Não estaria “eu-jacaré” dotada de uma mesma identidade, pois isso é necessariamente assegurado pela permanência de um único cérebro funcional num mesmo corpo. Esta é a perspectiva da “mente incorporada”, proposta por McMahan, em que a consciência não apenas está localizada no cérebro, mas também é um produto dele. McMahan (2011, pp. 15-16) nos mostra que,

cada um de nós é a sua mente, que se encontra realizada em certos tecidos cerebrais. Podemos dizer também: cada um de nós é um certo cérebro funcional. [...] Mais sucintamente, a identidade pessoal consiste na continuidade física e na continuidade funcional mínima do cérebro, estando esta última isenta de ramificações. Estas são as condições de persistência de uma mente realizada num cérebro humano. [...] A continuidade funcional do cérebro é uma forma de continuidade psicológica que depende não de quaisquer conexões entre conteúdos mentais, mas da conservação das suas capacidades mentais. Para haver uma continuidade funcional mínima do cérebro, basta que a sua capacidade básica de gerar consciência não se extinga.

Na perspectiva da “mente incorporada” proposta por McMahan, o meu cérebro num corpo de jacaré não continuaria “gerando estados de consciência” iguais aos anteriores, pois seria um outro cérebro, com novos processos de “reprogramação e desprogramação” e, portanto, sofreria uma interrupção do fluxo da consciência (Cf. MCMAHAN, 2011, p. 76). No meu “eu-jacaré” haveria um processo de esquecimento total e uma nova vida seria iniciada, existe aqui uma descontinuidade tão radical da consciência que inviabiliza qualquer nível de preocupação egoísta ou prudencial. Com tal característica, parece correta a perspectiva na qual “a abordagem da mente incorporada insiste em que a continuidade física do cérebro, e não a sua continuidade organizacional, seja necessária para que a preocupação egoísta seja racional” (MCMAHAN, 2011, p. 79).

A teoria de McMahan esclarece que o meu sentimento de preocupação com o futuro é infundado, uma vez que eu deixaria de ter “intuições autointeressadas” enquanto uma e a mesma pessoa (Cf. MCMAHAN, 2011, p. 58). O autor descreve um pressuposto no qual a identidade pessoal coincide com o que importa. Se eu não serei a mesma pessoa no futuro, necessariamente não faz sentido possuir uma preocupação egoísta com o que acontecerá comigo. Ademais, apenas as relações compostas de conexões psicológicas reais fornecem uma base para essa preocupação egoística. (Cf. MCMAHAN, 2011, p. 74). Desse modo, eu enquanto pessoa que não continuaria existindo, a partir dessa abordagem psicológica revisada da identidade, não devo me preocupar. Nessa teoria o critério de identidade da pessoa consiste na continuidade psicológica ampliada e real, com qualquer grau de intensidade, desde que não ramificada e capaz de fornecer alguma base para a preocupação egoísta. Parece ser fundamental que “a conectividade psicológica e a continuidade são fundamentadas na existência continuada e o funcionamento relevante das áreas do mesmo cérebro” (MCMAHAN, 2011, p. 69). Nesse caso, se não me preservou a mesma pessoa,

“eu-jacaré” também estaria desprovido das minhas recordações e memórias alocadas no meu antigo cérebro humano. McMahan (2011, p. 72) afirma que,

uma memória pode ser uma representação extremamente borrada ou inexata da experiência original, e ainda contar como uma memória. Realmente, uma memória pode tornar-se cada vez mais borrada ao longo do tempo e ainda permanecer a mesma memória.

O meu novo eu num corpo de jacaré estaria sem memória mesmo que “borrada”. “Eu-jacaré” perderia toda a continuidade psicológica entre o presente, passado e futuro, pois a inexistência de partes do meu cérebro humano, extingue a continuidade da consciência e a relação dela com o meu corpo físico, que experienciava em primeira pessoa no meu corpo humano. Nada assegura que “eu-jacaré” permaneço com a mesma identidade e que, com isto, continuo existindo como uma mesma pessoa, composta por um mesmo cérebro funcional capaz de produzir consciência. De acordo com os esclarecimentos de Galvão (2013, p. 16),

suponha-se, por exemplo, que o nosso cérebro era sujeito a um processo drástico de “reprogramação”, de tal forma que todos os conteúdos da nossa mente (e.g. memórias, crenças e intenções) eram apagados, sem que isso levasse à perda da capacidade de gerar consciência. O neo-lockeano diria que não sobreviveríamos a este processo, mas o defensor da perspectiva da mente incorporada discordaria. [...] Se somos mentes incorporadas, deixaremos de existir quando o nosso cérebro perder a capacidade de gerar consciência.

Percebemos no final dessa breve análise fundamentada na teoria de McMahan, que não tenho razões para me preocupar com o futuro do hipotético “eu-jacaré”. Porém, ampliando as nossas ideias, parece que a perspectiva da descontinuidade apresentada por essa teoria, não é suficiente para explicar a permanência da preocupação prudencial com o futuro. E isso, se deve ao fato de que, essa vivência não se limita apenas no pensar o futuro como eu mesma. Nesse caso, no corpo humano, que hipoteticamente se transformaria num corpo de jacaré, mesmo sabendo que eu não permaneceria a mesma pessoa, é óbvio que a preocupação egoísta estaria presente, porque no agora atual que vivo humanamente consigo vislumbrar a partir do contínuo da minha consciência uma expectativa de futuro, na qual eu deixaria de existir. É extremamente difícil a passividade frente ao aniquilamento, o fim e a morte. Penso que tal conjectura poderia gerar a perda do inter-esse (aquilo que se dá entre o ser e o existir) pela vida futura, pois a minha existência descontinuada seria apenas a instintiva vida do réptil jacaré, uma vida traçada pela ausência de humanidade e fundamentalmente assegurada pela sobrevivência, distante da consciência e atividade mental humana.

4. A identidade narrativa

Com a pretensão de ampliar o sentido das múltiplas teorias sobre identidade, o presente artigo possui a intenção de elucidar a necessidade de uma identidade narrativa que não se fundamenta na análise de “um mundo possível”. Nessa outra abordagem teórica, a construção de uma identidade narrativa é imprescindivelmente efetivada no contato com o outro numa vida em comunidade. Esse passo se justifica, uma vez que a pandemia atualmente vivida deflagrou nas vestes do negacionismo, o absurdo do contrassenso e o devaneio coletivo.

A filósofa Hilde Lindemann afirma que numa construção de identidade narrativa vivificada é necessário destacar não apenas aquilo que é experienciado em primeira pessoa pelos sujeitos, mas também as trocas que se dão no contato com os outros numa vida em comunidade. O contato direto com o outro, assim como a sua opinião são ressaltados. Nessa teia, a partir da formulação sobre o conceito de identidade narrativa, Lindemann aponta que a família seria o primeiro ambiente de formação da identidade na infância. Essa identidade acontece através do pertencimento familiar, comunitário e histórico, mas não se mostra sem a individualidade da pessoa. Lindemann (2014, p. 3) define que,

as identidades pessoais no sentido da questão da caracterização são narrativamente constituídas. Elas consistem em tecidos de histórias e fragmentos de histórias, gerados a partir da perspectiva da primeira e da terceira pessoa, que se agrupam em torno do que consideramos ser nossos próprios atos, experiências, características, funções, relacionamentos mais importantes. [...] Elas são, isto é, compreensões narrativas formadas a partir da interação entre o autoconceito de alguém e o sentido que os outros têm de nós. E porque as histórias retratam a passagem do tempo, as narrativas que constituem as identidades podem refletir os aspectos em que mudamos, bem como a forma como permanecemos os mesmos.

A partir disso, pretendo pontuar brevemente a proximidade conceitual que destaca a importância da identidade narrativa a partir de outras duas filósofas: Edith Stein e Marya Schechtman. A teoria de Stein baseia-se não apenas nas experiências e reflexões intelectuais, mas também na vida com as outras pessoas em comunidade e a manutenção da individualidade. Para esboçar pontualmente as afirmações de Edith Stein sobre os princípios da individuação e unicidade de cada ser humano, devemos compreender que Stein pensava na possibilidade de sermos fiéis a nós mesmos como seres humanos e indivíduos, ou seja, “existe uma estrutura e uma forma de

individualidade característica a cada um de nós que marca o que significa ser verdadeira e plenamente nós mesmos” (BASEHEART, 1997, p. 104).

Há algumas passagens nas quais a filósofa Stein discute a individualidade em termos humanos e comunitários sem descartar o núcleo pessoal, subjetivo e fundamentalmente a empatia [*Einfühlung*]. Se enfatizarmos esses elementos conseguimos compreender que no princípio da individualidade proposto por Stein ([1917] 2004, p. 56), não existe um conjunto de traços em si, mas, antes, “o ser que é o mesmo e nenhum outro”. Assim, temos aquilo que nos molda individualmente na mesmidade, frente à alteridade de um outro e a sua individualidade particular. De acordo com Baseheart,

Stein certamente descreve a forma individual como fornecendo algum tipo de núcleo pessoal, expressando as características humanas comuns (1997, p. 189). [...] A estrutura da forma individual, por conta disso, não define, mas é, antes, um padrão inteligível que marca a estrutura individual daquela pessoa que surge, nas e por meio das experiências e escolhas da pessoa (1997, p. 192).

Para além da individualidade própria e inerente a cada pessoa, o conceito de empatia amplia a experiência presentificada que temos do outro, daquilo que é semelhante e análogo a minha pessoa a partir da reciprocidade. Desse modo, a empatia possui como objetivo compreender o outro através de uma experiência que remete para a vivência do outro, essa vivência do outro não é a mim originária, pois jamais conseguimos pressupor a alteridade individual do outro ou todas as suas diferenças intrínsecas. É válido destacar que essa esfera de coisas perpassa a necessidade de pensarmos na intersubjetividade e espacialidade do corpo vivido [*Leib*], visto que quando percepciono o outro em um sentido fenomenológico rigoroso, o cooriginário me é dado originariamente na única conformidade possível, a empatizante (Cf. STEIN, [1917] 2004, p. 76).

A empatia deve ser repensada e compreendida como um modo de vivenciar próprio, no qual há conservação de um eu originário que percebe o outro no estar direcionado ao semelhante, na simultaneidade que lhe é possível refletir essa ação. A empatia inaugura a possibilidade de enriquecimento das relações humanas e do mundo externo e real, portanto temos novos modos vivificados do mundo. Considero que a empatia é necessária para construção de uma identidade narrativa. A empatia é capaz de validar a minha identidade e de várias outras pessoas, por isso estar no mundo pandêmico é estar com o outro. A partir disso, compreendo como empatia aquilo que

nos coloca no compromisso com a humanidade sem negligenciar ou silenciar as múltiplas possibilidades de identidade narrativa e a individualidade.

A filósofa Marya Schechtman (2014, p. 110) amplia os conceitos de pessoa e individualidade afirmando que “as pessoas são definidas em termos da vida característica que levam. Ser pessoa é viver uma vida pessoal, as pessoas são individuadas por vidas pessoais individualizadas, e a duração de uma única pessoa é determinada pela duração da vida”. Percebemos que a reidentificação é o traço fundamental na perspectiva dessa filósofa, uma vez que essa teoria pressupõe a permanência individuada da pessoa numa mesma vida.

É um traço comum entre Lindemann, Stein e Schechtman que as escolhas individuais são muito importantes para a pessoa e à vida da pessoa em comunidade. O perspectivismo aqui retratado coloca os humanos como seres culturais, políticos, sociais, reflexivos, autonarrativos, autoconscientes, comunitários, sensíveis e comunicativos. É interessante notar que Schechtman sinaliza que na vida de uma pessoa, o desenvolvimento das capacidades cognitivas, agenciais, de relações e interações interpessoais não devem ser vistos como processos distintos, pois são faces de uma mesma coisa.

A filósofa pontua que para se desenvolver psicológica e fisicamente como uma pessoa humana é necessário amadurecer em um meio que forneça o “andaime adequado e o suporte social para esse desenvolvimento” (SCHECHTMAN, 2014, p. 112). Da mesma forma, é fundamental o lugar de destaque dado as capacidades psicológicas particulares, que são necessárias para o sujeito se envolver nos tipos mais sofisticados de interações interpessoais encontradas na vida de uma pessoa. Segundo a autora, esse é o *insight* por trás, por exemplo, da afirmação na qual Locke sinaliza que a personalidade requer identidade e autoconsciência. Como Schechtman nos mostra, sem certa capacidade de desenvolver esses recursos internos, a participação ativa de uma pessoa na sua própria vida ficaria severamente limitada.

5. Considerações finais

De modo conclusivo, ressalto que no presente artigo o conceito de identidade pessoal foi inicialmente desenvolvido a partir dos apontamentos inaugurados por Locke, nos quais o conceito de pessoa enquanto um ser inteligente e reflexivo é fundamental para pensarmos a reidentificação do *self* como um e o mesmo no tempo e espaço. Nesse

contexto, ampliamos a nossa análise a partir de uma breve exposição sobre a continuidade da consciência. Assim, constatamos que ao nos apoiarmos na teoria lockeana sobre a identidade pessoal podemos conjecturar, que a partir da permanência de uma mesma consciência e a ausência de localização da consciência no cérebro; se acordarmos num corpo de jacaré permanecemos a mesma pessoa, desde que exista uma continuidade da consciência que possibilite a conectividade entre os eventos mentais.

Em contrapartida, apresentei a teoria da “mente incorporada” proposta por McMahan, na qual permanecemos a mesma pessoa somente se existir a continuidade de uma mesma mente no mesmo cérebro funcional. Nessa teoria a permanência tanto da mesma pessoa quanto da sua identidade são asseguradas somente se houver uma continuidade física e corporal mediante a preservação da base material cerebral. Nesse sentido, o “eu-jacaré” não pode ser considerado a mesma pessoa. Se hipoteticamente após a vacinação nos transformássemos em jacaré, não haveria a partir dessa teoria, razões para nos preocuparmos, pois ocorreria a descontinuidade. Todo esse cenário de preocupação prudencial com o futuro perde o sentido. A identidade é perdida.

Por fim, aponte a perspectiva apresentada por filósofas que defendem a necessidade de uma identidade narrativa. Nesse caso, percebemos a importância de uma vida comunitária que não se abstém da individualidade. A permanência individual e corpórea de uma mesma pessoa no tempo aponta para sua história e o contato humano, assim como para vida da pessoa ancorada no auto-discurso narrativo. Através da importância que se impõe na relação com o outro, destaquei o posicionamento das filósofas: Hilde Lindemann, Edith Stein, e Marya Schechtman. Para essas três filósofas citadas, a construção da identidade narrativa se dá no mundo, através das experiências pessoais, a partir do momento em que experienciamos o mundo em primeira pessoa de modo individual. Constituímos simultaneamente a identidade na relação interpessoal com o outro de modo dinâmico e não homogêneo. Presumivelmente, são as capacidades humanas cognitivas que ocasionam o rastro deixado pelas nossas escolhas individuais e subjetivas.

Referências

BASEHEART, M. C. *Person in the World. Introduction to the Philosophy of Edith Stein*. U.S.A: Springer, 1997.

DESCARTES, R. *Meditações*. Trad. Enrico Corvisiere. São Paulo: Editora Nova Cultural, ([1641] 1999).

GALVÃO, P. Identidade Pessoal. In: *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

KAFKA, F. *A Metamorfose*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, ([1915] 1997).

LINDEMANN, H. *Holding and Letting Go. The social practice of personal identities*. Oxford: OUP, 2014.

LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Trad. Pedro Paulo Garrido Pimenta. São Paulo: Martins Fontes, ([1689] 1975, 2012).

MCMAHAN, J. *The Ethics of Killing. Problems at the margins of life*. Oxford: OUP. Tradução brasileira: A ética do ato de matar. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2011.

MICHAUD, Y. *Locke*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

SCHECHTMAN, M. *Staying Alive. Personal Identity, Practical Concerns and the Unity of a Life*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

STEIN, E. *Sobre el problema de la empatía*. Trad. José Luis Caballero. Madri: Editorial Trotta, ([1917] 2004).

YOLTON, J. W. *Dicionário Locke*. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.